



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL Nº 74/2014

Informa o gabarito da prova objetiva e a lista dos candidatos aprovados para a realização da entrevista.

PROCESSO SELETIVO PARA O INGRESSO NO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

DIREITO PENAL

1) São causas da extinção da punibilidade:

a) a graça, a anistia, a perempção, a renúncia do direito de queixa nos crimes de ação penal privada;

b) a morte do agente, a prescrição, o perdão judicial e a rejeição da denúncia;

c) o indulto, a anistia e o casamento do agente com a vítima nos crimes contra os costumes;

d) o perdão judicial, a perempção e o livramento condicional;

2) Afasta a culpabilidade do agente:

a) A potencial consciência da ilicitude

b) O estrito cumprimento do dever legal

c) A inexigibilidade de conduta diversa

d) A legítima defesa de terceiro

3) Sobre a reincidência e os maus antecedentes, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O prazo do período depurador da reincidência, de cinco anos, é contado a partir da data da extinção ou cumprimento da pena, e não do trânsito em julgado da sentença penal condenatória

b) A existência de processos em andamento, cujos fatos tenham sido praticados em data anterior, impedem a caracterização da reincidência, mas são admitidos para a configuração de maus antecedentes do réu.

c) O sujeito que é condenado por contravenção penal e, posteriormente, pratica crime, não pode ser considerado reincidente

d) A condenação anterior valorada pelo juiz, ao fixar a pena, para caracterização da

reincidência não pode ser utilizada para o reconhecimento de maus antecedentes do réu

4) Dá-se o nome de crime impossível quando:

a) iniciada a execução, o delito não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;

b) nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;

c) o agente age por imprudência, negligência ou imperícia;

d) se verifica a ineficácia absoluta do meio ou a absoluta impropriedade do objeto.

5) O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal exclui:

a) o dolo, mas permite a punição por crime culposos, sempre;

b) o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei;

c) a culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa;

d) a imputabilidade.

6) Considere as assertivas abaixo:

I – No concurso de pessoas, não se comunicam as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, ainda que elementares do crime;

II – A circunstância objetiva não pode ser considerada no fato do partícipe se não ingressou na esfera de seu conhecimento;

III – No concurso de pessoas, não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime e tenham entrado na esfera de conhecimento dos concorrentes.

a) São corretas as afirmativas I e II;

b) São corretas as afirmativas II e III;

c) Apenas a afirmativa III é correta;

d) Apenas a afirmativa I é correta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

7) Em tema de “ação penal”, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Em caso de ação penal pública incondicionada, o ofendido pode propor a demanda caso o Ministério Público não o faça dentro do prazo legal;

b) Em caso de ação penal privada, o Ministério Público pode propor a demanda caso o ofendido não o faça dentro do prazo legal;

c) Em caso de ação penal pública condicionada, o Delegado de Polícia só pode instaurar inquérito se a vítima assim o desejar;

d) Representação é a declaração de vontade pela qual a vítima autoriza o Estado a proceder criminalmente contra o seu agressor.

8) São causas interruptivas da prescrição:

a) O recebimento da denúncia, a pronúncia e a citação pessoal válida;

b) O oferecimento da denúncia, a reincidência e a decisão confirmatória da pronúncia;

c) O recebimento da denúncia, a reincidência, a decisão confirmatória da pronúncia e o início ou continuação do cumprimento da pena;

d) O oferecimento da denúncia, a reincidência e a impronúncia.

9) É correto afirmar:

a) A denúncia conterá a exposição do fato

criminoso, com todas as suas circunstâncias, devendo ser aditada se, encerrada a instrução probatória, o Ministério Público entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação;

b) A denúncia conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, devendo ser aditada pelo Magistrado em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação;

c) A denúncia conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, podendo o Juiz, sem modificar a descrição do fato nela contida, atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que não implique aplicação de pena mais grave;

d) A denúncia conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, podendo o Ministério Público aditá-la a qualquer tempo, independentemente de manifestação da Defesa.

10) Sobre a teoria geral das nulidades, assinale a alternativa CORRETA.

a) a constatação de irregularidade anula o processo;

b) a nulidade relativa considera-se sanada e o processo pode prosseguir se a parte interessada não vier alegá-la em tempo oportuno;

c) a nulidade absoluta pode ser pronunciada a qualquer tempo pelo juiz, desde que a parte interessada assim o requeira;

d) o chamado *princípio do prejuízo* também se aplica à nulidade absoluta, não podendo o juiz decretá-la se não houve dano.

11) No pertinente à prisão, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA:

a) a Defensoria Pública deverá receber cópia integral do Auto de Prisão em Flagrante (APF) dentro de 24 horas depois da prisão, ainda que o autuado tenha constituído advogado;

b) a prisão preventiva somente poderá ser determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar

c) as medidas cautelares diversas da prisão não poderão ser aplicadas cumulativamente;

d) no curso da investigação criminal, é possível a decretação de prisão preventiva *ex officio* pelo juiz.

DIREITO CIVIL

12) Quanto ao instituto da prescrição, é INCORRETO afirmar que:

a) os prazos da prescrição não podem ser alterados por acordos das partes.

b) a prescrição se interrompe por despacho do juiz que, mesmo incompetente, ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

c) de acordo com o Código Civil, o prazo ordinário de prescrição é de 10 anos.

d) a prescrição não corre pendendo condição resolutiva.

13) Sobre a responsabilidade civil, marque a opção correta:

a) no Direito brasileiro a obrigação de reparar o dano independentemente de culpa é circunscrita ao poder público;

b) o incapaz responde pelos prejuízos que causar e a indenização por ele devida poderá privar do necessário as pessoas que dele dependam;

c) na responsabilidade objetiva, é dispensada a comprovação de culpa do infrator, mas o nexo de causalidade entre a

conduta e o dano constitui requisito essencial;

d) se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz excluir a indenização;

e) a indenização por injúria, difamação ou calúnia dependerá de prévia condenação criminal.

14) Sobre a cláusula penal, é correto afirmar que:

a) não tem aplicação em contratos onerosos.

b) deve ser reduzida equitativamente pelo juiz, se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.

c) pode ser estipulada em valor superior ao da obrigação principal.

d) sua aplicação depende de alegação de prejuízo pelo credor.

15) Quanto à teoria geral dos contratos, é correto afirmar:

a) É lícito celebrar contratos atípicos.

b) O princípio da boa-fé não é obrigatório na fase pré-contratual.

c) É nulo o contrato de adesão.

d) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.

16) A respeito dos direitos da personalidade, assinale a única alternativa INCORRETA:

a) Os direitos da personalidade são qualificados como direitos fundamentais e sua tutela tem previsão constitucional.

b) A proteção à imagem deve ser ponderada com outros interesses constitucionalmente tutelados, especialmente em face do direito de amplo acesso à informação e da liberdade

de imprensa.

c) Em função de sua natureza extrapatrimonial, a violação aos direitos da personalidade não gera o dever de indenizar.

d) O ordenamento confere legitimidade aos parentes, cônjuge ou companheiro para a tutela contra lesão ao direito da personalidade perpetrada *post mortem*.

17) Os gêmeos Bruno e Bernardo, logo após completarem 18 anos e conseguirem seu primeiro emprego com carteira assinada, celebram contrato de compra-e-venda objetivando adquirir o carro usado de Claudio, comprometendo-se a pagar, integral e solidariamente, a quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), 30 dias após a assinatura. Diante do não pagamento do valor, é correto assinalar que:

a) a solidariedade entre os irmãos resulta expressamente de sua vontade, não admitida a presunção;

b) Cláudio só pode exigir de cada irmão a sua metade da dívida;

c) se Bruno pagar parcialmente a dívida, apenas Bernardo responderá pelo saldo;

d) a propositura da ação por Claudio apenas em face de Bernardo importa renúncia da solidariedade quanto a Bruno.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18) A respeito da revelia, é correto afirmar que:

a) Havendo pluralidade de réus, se um deles deixar de apresentar contestação, consideraram-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor;

b) É efeito da revelia o reconhecimento do pedido;

c) Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão

os prazos independentemente de intimação;

d) O réu revel não pode mais se manifestar no processo.

19) Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os incapazes não podem demandar em nome próprio, atuando sempre o Ministério Público como seu substituto processual;

b) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade postulatória;

c) O interesse do autor pode se limitar à declaração da existência de uma relação jurídica;

d) Apenas as pessoas naturais e jurídicas têm capacidade de ser parte;

20) Sobre a ação, é INCORRETO afirmar que:

a) a verificação de identidade de uma ação dá-se por meio das partes, de seu pedido e de sua causa de pedir.

b) são condições genéricas da ação a legitimidade, o interesse e a pertinência temática.

c) ação é um direito público subjetivo.

d) a ação é autônoma e instrumental em relação ao suposto direito subjetivo do autor.

21) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que:

(a) há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras;

(b) há identidade quanto às partes, pedido e causa de pedir;

(c) há identidade do pedido e causa de pedir;

(d) nenhuma das alternativas anteriores.

22) A modalidade de intervenção de terceiros por meio da qual alguém com interesse jurídico em uma demanda auxilia a vitória de alguma das partes se denomina:

a) denunciação da lide;

b) assistência;

c) chamamento ao processo;

d) oposição;

DIREITO CONSTITUCIONAL

23) Assinale a alternativa correta:

a) O Mandado de Segurança é uma garantia constitucional fundamental e serve para a defesa do direito líquido e certo violado por ato do poder público ou de particulares no exercício de função ou atividade pública delegada;

b) O Mandado de Segurança é uma garantia constitucional fundamental e serve para a defesa do direito líquido e certo violado por ato de particulares;

c) O Mandado de Segurança é um recurso utilizado para que o Judiciário determine a produção de provas no processo civil;

d) O Mandado de Segurança dispensa a existência da autoridade coatora;

e) Qualquer pessoa tem legitimidade para impetrar Mandado de Segurança sem a constituição de advogado.

24) Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, todas as proposições a seguir são corretas, EXCETO:

a) Será admitida quando houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.

b) Terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do

Poder Público.

c) Será cabível quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, incluídos os anteriores à Constituição.

d) Poderá ser proposta pelos mesmos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.

25) Assinale a alternativa correta:

a) Para o exercício da liberdade de reunião os cidadãos precisam da prévia autorização da autoridade competente;

b) O art. 5º, III, da CRFB prevê que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, exceto quando a pessoa tenha praticado crime hediondo;

c) O princípio da legalidade institui para o particular a prerrogativa de afastar todas as injunções que lhe sejam impostas sem amparo na lei;

d) Está constitucionalmente assegurado aos autores de crimes culposos contra a vida o julgamento pelo tribunal do júri.

26) Os Direitos Fundamentais:

a) São aplicáveis apenas nas relações entre Estado e indivíduo.

b) Submetem-se, sem exceções, à teoria da reserva do possível.

c) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, possuem a chamada eficácia horizontal, podendo ser aplicados, também, nas relações entre particulares.

d) Não derivam do princípio da dignidade da pessoa humana, sendo certo que, no Brasil, não se admite a teoria do mínimo existencial.

27) Assinale a alternativa correta:

a) As normas de eficácia plena possuem uma estrutura suficientemente completa para valer e ser aplicada desde logo por todos;

b) As normas de eficácia limitada são aquelas que independem de regulamentação;

c) Quando necessitam de uma disciplina normativa ulterior as normas constitucionais são classificadas de eficácia plena;

d) As normas de eficácia contida não podem ter seu alcance reduzido pelo legislador;

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

28) Assinale a alternativa INCORRETA em relação às prerrogativas dos defensores públicos:

a) receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição e contagem de todos os prazos em dobro;

b) ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;

c) manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota;

d) inamovibilidade e vitaliciedade.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

29) Sobre o direito da criança e do adolescente, assinale a afirmativa CORRETA:

a) A ato infracional análogo ao tráfico ilícito de entorpecentes pode ser aplicada medida socioeducativa de internação, mesmo se tratando da primeira incidência, por se tratar de ato infracional grave, equiparável a crime hediondo;

b) A remissão implica o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, prevalece

para efeito de antecedentes e pode incluir eventualmente a aplicação de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade;

c) A internação, antes da sentença, pode ser determinada, cautelarmente, até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

d) A medida socioeducativa de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses, e sua duração, em nenhuma hipótese, poderá exceder três anos.

30) A respeito da adoção, é correto afirmar que:

a) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

b) É desnecessário o consentimento do adotando, mesmo se este tiver idade superior a doze anos.

c) É permitida a adoção por procuração.

d) A adoção é medida revogável, sendo possível, em caráter excepcional, o direito de arrependimento dos genitores, hipótese em que estes recuperarão o poder familiar, com todos os seus consectários.

GABARITO

1 – A

2 – C

3 – B

4 – D

5 – B

6 – B

7 – B

8 – C

9 – A

10 – B

11 – B

12 – D

13 – C

14 – B

15 – A

16 – C

17 – A

18 – C

19 – C

20 – B

21 – A

22 – B

23 – A

24 – A

25 – C

26 – C

27 – A

28 – D

29 – D

30 – A

RESULTADO PRELIMINAR

CANDIDATOS APROVADOS	OBJETIVA	DISCURSIVA	NOTA PROVAS
Juliana Goes Cordeiro	21	33	54
João Miguel dos Santos Padilha	20	30	50
Gessica Paola Sandrin	19	30	49

CANDIATOS REPROVADOS	OBJETIVA	DISCURSIVA	NOTA PROVAS
Monica Tvardei Rodrigues	13	-	13
Rozenel Wolf Matoso Galeski	12	-	12

Guarapuava, 31 de março de 2014

VITOR PORTO DOS SANTOS (Presidente)

GUILHERME FREDERICO DE SOUZA PANZENHAGEN

Presidência da Comissão de Processo Seletivo de Guarapuava